

RR 717.939/00.0 – 6ª Turma – DJU de 08.06.2007

RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Trata o presente feito de ação civil pública, ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho com o objetivo de, como aduz o *decisum* recorrido, **compelir os reclamados a regularizar a jornada do trabalho, pagar salários em dia, depositar, nas contas vinculadas dos empregados e ex-empregados, o FGTS, registrar a CTPS dos seus empregados, pagamento das verbas rescisórias a tempo e modo legais, procederem a exame médico admissional e apontam redução salarial** (fl. 788), limitando-se a controvérsia a saber se há ou não legitimidade do *Parquet* para tal ação. Com efeito, **a pretensão diz respeito a direitos individuais homogêneos, sendo, portanto, legítimo o Ministério Público do Trabalho para ajuizar a ação civil pública.** Recurso de revista conhecido e provido.

RR 719.172/2000 – 6ª Turma – DJ de 21.11.2008

RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA VERSANDO SOBRE A PRETENSÃO DE IMPOR À EMPRESA RÉ A MANUTENÇÃO DA REGULARIDADE DOS DEPÓSITOS DE FGTS. ILEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. ARTIGOS 1º, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 7.347/85 e 267, IV, E 462 DO CPC. SÚMULA Nº 394 DO TST. Dispõe o artigo 1º, parágrafo único, da Lei nº 7.347/85 que não será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou outros fundos de natureza institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados (grifos não constantes do original). **Nesse contexto, a pretensão do Ministério Público do Trabalho da 4ª Região de compelir a empresa ré, por meio da presente ação civil pública, a manter a regularidade dos depósitos de FGTS, não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas por aquele Diploma legal, ou pelo artigo 6º, VII, d, da Lei Complementar nº 75/93.** A e. SBDI-1, ao apreciar caso análogo ao ora *sub judice* (TST-E-AIRR-1289/2001-020-15-40.0, SBDI-1, Redatora Designada Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, DJU de 7.12.2006), negou legitimidade ao Ministério Público do Trabalho para interpor recurso para fins de recolhimento de contribuição previdenciária, quando o INSS não o fez. Saliente-se finalmente que, embora o parágrafo único tenha sido acrescentado ao artigo 1º da Lei nº 7.347/85 somente em 29.6.2000, por meio da Medida Provisória nº 1.984-19 depois, portanto, da interposição do recurso de revista do Reclamante, que se deu em 18.1.2000 (fl. 401) -, tal acréscimo caracteriza o fato superveniente de que tratam o artigo 462 do CPC e a Súmula nº 394 do TST, passível, portanto, de apreciação na presente fase recursal. Recurso de revista da empresa ré provido. Prejudicado o recurso de revista do Ministério Público do Trabalho.

E-ED-RR 71.962/2002-900-11-00.7 – SBDI-1 – Publicado no DJe em 05.12.2008

RECURSO DE EMBARGOS. ILEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. FGTS. PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 1º DA LACP. IMPOSSIBILIDADE DE PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA DISCUTIR PRETENSÃO QUE ENVOLVE FGTS. VIOLAÇÃO DO ART. 896 DA CLT NÃO RECONHECIDA. A C. Turma afastou a inconstitucionalidade do art. 2º da MP 2180-35, que incluiu dispositivo na Lei 7497/85, porque a Emenda Constituição 32 foi posterior à edição da MP, consagrando-lhe validade, confirmando a decisão a quo. Não examinou o tema à luz da inconstitucionalidade da exclusão do FGTS como direito possível de ser protegido pela via da ação civil pública. **Assim, decisão que julga carente de ação o MPT para obrigar empresa a recolhimento do FGTS dos seus empregados, não viola a literalidade do art. 129, III, da CF, pois a vedação tem base em norma legal.** Embargos não conhecidos.

E-ED-RR 1.108/1999-002-23-00 – SBDI-1, Rel. Min. Aloysio Corrêa da Veiga – Publicação no DJE em 06.03.2009

RECURSO DE EMBARGOS. ILEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DESCUMPRIMENTO DO PRAZO PREVISTO PARA O PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS. ANOTAÇÃO NA CTPS. RECOLHIMENTO DO FGTS. DISCUSSÃO CIRCUNSCRITA A DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. **RECURSO DE REVISTA NÃO CONHECIDO. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 896 DA CLT CONFIGURADA.** A legitimidade do Ministério Público do Trabalho, na defesa de interesses individuais homogêneos, em ação civil pública, já está consagrada, na doutrina e na jurisprudência do c. Tribunal Superior do Trabalho e do e. Supremo Tribunal Federal. **O Douto Ministério Público tem a legitimidade reconhecida, conforme previsão tanto na Constituição Federal, artigos 127 c/c 129, inciso III, quanto na Lei Complementar nº 75/93, que conferiu tal legitimação para a defesa dos interesses difusos e coletivos na Justiça do Trabalho, sendo os interesses individuais homogêneos espécie de interesses coletivos *lato sensu*.** Constatado ser o bem tutelado a anotação na CTPS, a observância do prazo previsto no § 6º do artigo 477 da CLT para o pagamento de verbas rescisórias e o **recolhimento do FGTS**, é de se verificar que se encontram inseridos naqueles direitos que visam à defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, o que torna legitimado o Douto Ministério Público para a propositura de ação civil pública. **Embargos conhecidos e providos.**

03/09/2009

TST reconhece legitimidade ao MPT em ação sobre FGTS

Em mais uma votação apertada (oito a seis), a **Seção Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1)** do Tribunal Superior do Trabalho entendeu que o Ministério Público do Trabalho tem legitimidade para mover ação civil pública visando à obrigação de empresas de recolher o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. A SDI-1 reformou decisão da Terceira Turma, que, em recurso de revista, havia rejeitado a pretensão do MPT.

A tese vencedora foi a da relatora dos embargos, ministra Rosa Maria Weber. A corrente contrária, liderada pela ministra Cristina Peduzzi, mantinha o entendimento anterior no sentido de que a ação civil pública, pela sua natureza de ação cominatória (isto é, que impõe obrigações de fazer ou não fazer, sob pena de pagamento de multa) ou condenatória genérica (indenização para um fundo genérico de reparação dos interesses lesados, em caso de danos morais coletivos), não permitiria a reparação individualizada de uma lesão (no caso, a ausência e recolhimento do FGTS).

Os ministros Vieira de Mello Filho, Lelio Bentes Corrêa e Milton de Moura França – que, na condição de presidente do Tribunal, foi o último a votar, definindo a decisão – ressaltaram a importância da atuação do Ministério Público em nome da proteção ao trabalhador. **Vieira de Mello Filho destacou a ambivalência do FGTS, que por um lado é um tributo e uma contribuição social, mas, por outro, é uma espécie de “para-salário” que garante a subsistência do trabalhador em caso de perda do emprego.** “O Ministério Público, ao ajuizar ação visando aos depósitos do FGTS, não está cobrando tributos, e sim buscando obrigar a empresa a regularizar direitos trabalhistas de seus empregados”, explicou. **“Se um sindicato pode mover ação com esta finalidade, o MPT também pode.”** (E-RR-180/2004-002-16-00.7)

RR 34800-07.2007.5.24.0005 Data de Julgamento: 24/03/2010, Relator Ministro: Emmanoel Pereira, 5ª Turma, Data de Divulgação: DEJT 09/04/2010.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRESERVAÇÃO DA ORDEM JURÍDICA. PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS. DEPÓSITOS DO FGTS. OBRIGAÇÃO DE FAZER. Está consagrada na jurisprudência desta Corte, assim como também no Supremo Tribunal Federal, a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para propor **ação civil pública** em defesa de interesses individuais homogêneos. Isso decorre da evidência de que a inobservância de direitos assegurados constitucionalmente é suficiente para causar o caos e, por conseguinte, o desequilíbrio na relação entre o poder e o arbítrio, dando-se prevalência ao segundo. Portanto, a **ação civil pública** não é instituto jurídico de efeito meramente -reparatório-. Como se sabe, o bem jurídico que se busca tutelar

mediante o ajuizamento da ação civil pública é diversas vezes maior que a própria reparação, motivo por que **não é possível se admitir que o magistrado, diante do reiterado desrespeito à legislação trabalhista, possa eximir o empregador da obrigação de, fielmente, obedecer aos ditames da lei.** Persistindo tal raciocínio, não há dúvida de que o passo a ser dado pelo empregador será outro: o esvaziamento da norma até que se opere sua exclusão do mundo jurídico. Conhecido e provido.

22/06/2010

Oitava Turma considera legítima ação do MPT exigindo recolhimento de FGTS pelo empregador

Considerando **legítimo o ajuizamento de Ação Civil Pública** para que o empregador efetue o pagamento do Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (**FGTS**), a **Oitava Turma** do Tribunal Superior do Trabalho acolheu recurso do Ministério Público do Trabalho, que buscava a condenação da Sociedade Agro Industrial do Nordeste Ltda. a fazer o depósito desse direito social aos seus empregados.

O MPT da 7ª Região (CE) ingressou com Ação Civil Pública para que a Sociedade Agro Industrial do Nordeste realizasse o recolhimento do FGTS de seus funcionários, referente ao período de janeiro de 2001 a julho de 2003, o que foi aceito pelo juiz de primeiro grau (Vara do Trabalho), com a consequente condenação da empresa. Entretanto, a sentença foi reformada pelo Tribunal Regional da 7ª Região (CE), que, ao analisar recurso do empregador, extinguiu o processo sem resolução de mérito, por considerar a impossibilidade jurídica do pedido. Para o TRT, a Lei nº 7.347/85, no artigo 1º, excetua a ação civil pública de veicular pedidos referentes a tributos, contribuições previdenciárias ou fundos de natureza institucional, cujos beneficiários possam ser individualmente determinados.

Diante da decisão do TRT, o MPT interpôs recurso de revista ao TST, pedindo a reforma do acórdão regional, para que fosse reconhecida a possibilidade jurídica de se pleitear depósitos do FGTS em ação civil pública. A relatora do processo na Oitava Turma, ministra Dora Maria da Costa, destacou que embora a Lei nº 7.347/85 tenha vedado o ajuizamento da ação civil pública envolvendo FGTS, não se pode esquecer a natureza dúplice do FGTS – também uma espécie de salário diferenciado, uma vez que representa a única proteção conferida ao trabalhador diante da dispensa arbitrária ou sem justo motivo, podendo, assim, levantar os depósitos desse direito, acrescidos de uma indenização de 40%, conforme os artigos 7º, I, da Constituição Federal e 10, I, do ADCT e a Lei nº 8.036/90. Neste sentido, observou a ministra, o Ministério Público do Trabalho está defendendo interesse coletivo relacionado a toda categoria profissional envolvida, cujos membros buscam o

direito indisponível, social e constitucional de serem remunerados pelos serviços prestados, ainda que de maneira diferenciada. **Dora Maria da Costa ressaltou ainda que a SDI-1, no julgamento do E-RR-748290/1998.8, conferiu interpretação conforme a constituição ao parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 7.347/85, reconhecendo a legitimidade do MPT para ajuizar ação civil pública obrigando a empresa fazer o recolhimento do FGTS.**

Assim, por maioria de votos, a Oitava Turma reformou o acórdão do TRT, afastando a extinção do processo por impossibilidade jurídica do pedido e restabeleceu a sentença que condenou a empresa ao recolhimento do FGTS ao período de janeiro de 2001 a julho de 2003. Ficou vencida a ministra Maria Cristina Peduzzi. (RR-77600.06.2003.5.07.2004)

E-RR 478290-48.1998.5.03.5555 – SBDI-1 – Publicação: DEJT 15.10.2010

RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO EMBARGADO PUBLICADO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI 11.496/2007. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. LEGITIMIDADE. PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA VEICULAR PRETENSÃO ENVOLVENDO O FGTS. PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 1º DA LACP.

1. No caso em exame, tendo em vista que a ação civil pública foi ajuizada para a defesa de direitos coletivos e individuais homogêneos de trabalhadores ligados às reclamadas, todas integrantes do mesmo grupo econômico, pela mesma relação jurídica base, notadamente o contrato de trabalho, presente, ainda, a nota da relevância social e da indisponibilidade, bem como o intuito de defesa do patrimônio social, consubstanciado na busca dos aportes necessários ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, tem-se como insuperável a necessidade de interpretação conforme à Constituição do parágrafo único do art. 1º da Lei 7.347/85, para reconhecer não só a propriedade da via eleita como a legitimidade do Ministério Público do Trabalho. 2. Concorrem à viabilização da proposta de interpretação conforme à Magna Carta os métodos gramatical ou linguístico, histórico-evolutivo, teleológico e sistemático, mediante os quais são alcançadas as seguintes conclusões: i) o parágrafo único do art. 1º da Lei 7.347/85, introduzido pela Medida Provisória 2.180-35/2001, veda a veiculação de pretensão envolvendo o FGTS quando vinculada a interesses meramente individuais, não abrangendo hipótese como a presente, em que, para além dos depósitos nas contas vinculadas dos empregados, busca-se o resguardo do patrimônio público e social - escopo de cariz indivisível; ii) **a finalidade dos idealizadores da Medida Provisória 2.180-35/2001 foi a de obstar a tutela coletiva nas ações a respeito dos índices de atualização monetária expurgados das contas vinculadas dos trabalhadores, questão já superada na atualidade e que nenhuma correlação guarda com a presente ação civil pública, manejada com a finalidade de garantir o aporte de recursos ao FGTS, mediante eventual condenação das rés na obrigação de regularizar os depósitos nas contas vinculadas dos seus empregados;** e iii) o sistema de ações coletivas, em cujo vértice impera a Carta de 1988, expressamente garante ao Ministério Público a função institucional de promover ação civil pública

na defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, estes últimos tidos, na autorizada dicção da Corte Suprema, como gênero no qual se encontram os interesses coletivos em sentido estrito e os interesses individuais homogêneos.

RR 94900-89.2009.5.09.0096 - Publicação: DEJT 04.11.2011

Relator: Min. Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira

Recorrente: Hospital Santa Tereza de Guarapuava Ltda.

Recorrido: Ministério Público do Trabalho da 9ª Região

EMENTA: I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROVIMENTO. Caracterizada a divergência jurisprudencial, merece processamento o recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e provido. **II - RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TUTELA INIBITÓRIA. PRETENSÃO DE FIXAÇÃO DE MULTA PARA COAGIR EMPRESA A EFETUAR OS DEPÓSITOS MENSAIS DO FGTS DE SEUS TRABALHADORES. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.** A vedação constante do art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 7.347/1985 não alcança a ação civil pública para a defesa do FGTS, enquanto direito social decorrente da relação de emprego, tampouco importa ilegitimidade do Ministério Público do Trabalho para a tutela de direitos coletivos e individuais homogêneos. Em tal caso, o *Parquet* atua na defesa dos republicanos valores sociais do trabalho (CF, art. 1º, IV), encontrando, a sua atuação, expressa salvaguarda constitucional. Precedentes. Recurso de revista conhecido e desprovido.

E-ED-RR 717937-38.2000.5.23.0005 - SBDI-1 - Publicação: DEJT 25.11.2011

Relator: Min. Lelio Bentes Corrêa

Embargante: Ministério Público do Trabalho da 23ª Região

Embargada: TUT Transportes Ltda.

Embargada: Empresa de Transportes Rio Manso Ltda.

Embargada: Transportes Satélite Ltda.

Embargada: Viação Brasil Ltda.

DECISÃO: , por unanimidade, conhecer do recurso de embargos por violação do artigo 896 da CLT e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a ilegitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho e determinar o retorno dos autos à Vara do Trabalho de origem, a fim de que prossiga no julgamento da Ação Civil Pública, como entender de direito.

EMENTA: RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO ANTERIORMENTE À EDIÇÃO DA LEI N.º 11.496/2007. LEGITIMIDADE ATIVA. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. INTERESSE SOCIAL RELEVANTE. VIOLAÇÃO DO

ARTIGO 896 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO CARACTERIZADA. 1. Na dicção da jurisprudência corrente do Supremo Tribunal Federal, os direitos individuais homogêneos nada mais são senão direitos coletivos em sentido lato, uma vez que todas as formas de direitos metaindividuais (difusos, coletivos e individuais homogêneos) são direitos coletivos e, portanto, passíveis de tutela mediante ação civil pública (ou coletiva). 2. Consagrando interpretação sistêmica e harmônica às leis que tratam da legitimidade do Ministério Público do Trabalho (artigos 6º, VII, letras c e d, 83 e 84 da Lei Complementar n.º 75/1993), não há como negar a legitimidade do *Parquet* para postular tutela judicial de direitos e interesses individuais homogêneos. 3. Constatado, no presente caso, que o objeto da ação civil pública diz respeito a direitos individuais que, por ostentarem origem comum - uma vez que decorrem de possíveis irregularidades praticadas pelas empregadoras, que, no entender do *Parquet*, teriam deixado de observar o disposto nos artigos 71, cabeça, e 459, parágrafo único, da CLT, 15 da Lei n.º 8.036/90 e 7º, VIII, da Constituição da República c/c os artigos 1º, § 1º, da Lei n.º 4.090/62 e 1º da Lei n.º 4.749/65 -, exsurtem claramente como direitos individuais homogêneos, atraindo, assim, a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para a causa. 4. Recurso de embargos conhecido e provido.

E-RR-44300-29.2004.5.10.0802 – SBDI-1 – Publicação: DEJT 10.05.2013

Relator: Min. Renato de Lacerda Paiva

Embargante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

Embargada: L G ENGENHARIA, CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA.

DECISÃO: , por unanimidade, conhecer do recurso de embargos por violação ao artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, e, no mérito, dar-lhe provimento para reconhecer a legitimidade do Ministério Público para ajuizar a presente ação civil pública também em relação ao primeiro pedido (obrigação de recolher o FGTS em período anterior ao ajuizamento da ação civil pública), por se tratar da defesa de interesses individuais homogêneos, restabelecendo, assim, a decisão regional que rejeitou totalmente a arguição de ilegitimidade ativa do *parquet* para a causa.

RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 11.496/2007.

LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - DEPÓSITOS DO FGTS REFERENTES À PERÍODO ANTERIOR AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA – DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. RECURSO DE REVISTA DA RECLAMADA CONHECIDO E PROVIDO NO ASPECTO. O pedido inicial da ação civil pública refere-se à obrigação de recolher o FGTS em período passado e a recolher pontualmente no futuro. Ambas as obrigações tem como cominação o pagamento de multa reversível ao FAT pelo seu descumprimento. A Turma reconheceu a legitimidade do *parquet* apenas para propor ação civil pública visando o recolhimento do FGTS em período futuro (segundo pedido). Quanto ao primeiro requerimento, referente à obrigação de recolher o FGTS em período anterior ao ajuizamento da referida ação, declarou a ilegitimidade ativa *ad causam* do Ministério

Público do Trabalho, extinguindo o processo sem julgamento do mérito, por *perceber o nítido caráter de defesa de interesses individuais homogêneos*. **Esta SBDI1, entretanto, no julgamento do processo nº TST-RR-127800-64.2002.5.23.0005**, da relatoria da Exmª Srª Ministra Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, publicado no DJ de 4/2/2011, defendeu entendimento no sentido de que o Ministério Público tem legitimação para a defesa dos interesses difusos e coletivos na Justiça do Trabalho, bem assim que os interesses individuais homogêneos são espécie dos interesses coletivos em sentido amplo. Assim, naquele caso, constado que o bem tutelado é o recolhimento do FGTS, entendeu incontestável a legitimidade do Ministério Público para a propositura da ação civil pública. **Assim, com ressalva do meu entendimento pessoal, a Turma, ao afastar a legitimidade do Ministério Público para a defesa em ação civil pública de interesses individuais homogêneos, espécie de interesses coletivos *lato sensu*, e, em consequência, extinguir o processo com base no artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil em relação ao primeiro pedido (obrigação de recolher o FGTS em período anterior ao ajuizamento da ação civil pública), vulnerou o artigo 129, inciso III, da Constituição Federal.**

Recurso de embargos conhecido e provido.